

X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Área temática: Políticas Públicas

**OS *THINK TANKS* BRASILEIROS E SEUS MODOS DE PRESENÇA NA CENA POLÍTICA:
UM OLHAR SOBRE SUAS ESTRATÉGIAS DE DISSEMINAÇÃO DE IDEIAS E BUSCA DE
INFLUÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Juliana Cristina Rosa Hauck

Departamento de Ciência Política/ Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, setembro de 2016

RESUMO

O estudo das políticas públicas (PPs), enquanto ações públicas ou governamentais, direciona o enfoque para onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos (SOUZA, 2003:03). Neste sentido, posicionam o Estado na condição de tomador de decisões que, frente à escassez de recursos, deve definir quais ações serão concretizadas em detrimento de outras. O Estado se vê, portanto, em um contexto de conflito entre os atores que buscam a priorização de suas demandas, revelando assimetrias de poder na obtenção da atenção estatal. Agrega-se, a esse cenário, um contexto de racionalidade limitada (DAGNINO, 2002:19) dos burocratas e políticos que, incapazes de conhecer todas as demandas sociais existentes, suas dimensões, alternativas e necessidades de priorização (informações sobre as sociedades que governam, sobre como as políticas em execução estão funcionando e seus prováveis custos e consequências), recorrem ao aconselhamento de atores que o gravitam para suprir lacunas de conhecimento para tomada de decisões (WEAVER E MCGANN, 2002:01). Neste contexto de demanda por expertise, abre-se espaço, portanto, para a existência de diferentes sujeitos que a forneçam. Para além das agências governamentais nacionais e internacionais há atores externos, interessados na dinâmica política, como é o caso dos *think tanks* (TTs).

Compreendidos, genericamente, como organizações que realizam pesquisa sobre PPs e que buscam influenciar, por meio da promoção de suas ideias, a conformação dessas políticas, o campo de estudo dos TTs apresenta lacunas sob o prisma teórico, metodológico e empírico. A definição pela qual nos balizamos, um esforço em prover à categoria analítica maior especificidade, é a que os define como organizações focadas em influenciar o processo político, direta ou indiretamente, com ideias afetas às políticas públicas. Após sua geração ou compilação por seus especialistas, utilizam diferentes estratégias para promovê-las – junto à opinião pública, à mídia, aos formuladores de políticas e aos tomadores de decisão, em tempo hábil e oportuno para o aproveitamento das janelas de políticas e visando o levantamento de recursos que mantenham suas operações. Para tal, se utilizam de expedientes organizacionais de instituições mais estabelecidas para coleta e montagem das formas de autoridade que as aproximam de seus resultados de interesse, a saber: expedientes acadêmicos para geração de credibilidade intelectual, expedientes da dinâmica política para geração de acesso político, expediente dos empreendedores para gerar recursos e “vender” suas ideias e, por fim, expediente dos especialistas de mídia para gerar publicidade e visibilidade a essas mesmas ideias (HAUCK, 2015:64).

Anteriormente encontrados quase exclusivamente em democracias industriais avançadas e ocidentais, os TTs vivenciaram uma explosão recente. Em 2005, segundo McGann (2005:11) existiam mais de 4000 instituições pelo mundo. Em 2009, já totalizavam mais de 5000 organizações (MCGANN apud ABELSON, 2009:17) e de acordo com o Global Go To *Think tank* Index (MCGANN, 2014:07) em 2013 já se somavam mais de 6800 organizações. No Brasil, ainda que os números se mostrem menos expressivos, esse mesmo ranking apontou, na edição de 2014, 82 organizações brasileiras e há estudos que apontam contingentes maiores (TEIXEIRA, 2012; SOARES, 2009).

Hauck (2015) analisou o processo de surgimento e proliferação dessas organizações no Brasil atestando sua relevância no processo de construção institucional histórica brasileiro, bem como a progressiva proliferação do fenômeno no período recente pós-redemocratização. Desde os TTs mais antigos como IPEA, ESG, FUNAG, FIOCRUZ, passando por aqueles que se descolam da gênese tipicamente governamental do fenômeno brasileiro, como DIEESE, CEBRAP, CEDEC, até os mais contemporâneos, tais como CEBRI, CGEE, Instituto FHC, Instituto Millenium; sua existência e crescimento é movimento que merece atenção na observação do cenário político. Sua proliferação, portanto, incita atenção a essas organizações já que investigá-las é lançar luz sobre um ator que vem tomando significativa relevância política (MCGANN e JOHNSON, 2005; RICH, 2004; STONE, 2007; RIGOLIN e HAYASHI, 2012).

Dentre as diferentes frentes investigativas ainda em aberto acerca dos TTs em geral e notadamente no Brasil, a compreensão de suas formas de atuação e modos de presença para influenciar o cenário político e a formulação das PPs, é um objeto que permite traçar uma compreensão mais detida sobre elas. Isto é, quais estratégias utilizam tanto para sobreviver financeiramente, quanto para se projetar (e suas ideias) junto à opinião pública ou aos formuladores de políticas e tomadores de decisão? A esse objetivo a que se dedica o artigo: lançar luz, a partir da análise de um universo intermediário de casos, sobre as estratégias de atuação dos TTs brasileiros na busca de influência junto a suas audiências de interesse. Para isso, foi utilizado o conceito supra-citado como balizador da classificação das organizações como *think tank* e, a partir daí, foram estruturados critérios para o levantamento de dados primários sobre o universo de organizações em tela. Os dados permitiram a composição de três tipos de análises qualitativas: análises individuais (aderência caso-categoria analítica); análises agrupadas por perfil tipológico (acadêmicos, pesquisa por contrato, advocacy e governamentais); e uma análise global do universo de casos, permitindo colocações panorâmicas sobre o fenômeno.

Os resultados encontrados mostraram que muitos TTs já se utilizam das estratégias de disseminação de ideias junto à opinião pública. Por outro lado, as estratégias de disseminação de ideias junto aos formuladores de políticas e tomadores de decisão ainda se mostram discretas, supomos, em função da conotação negativa que carregam as atividades de lobby e advocacy no Brasil, não regulamentadas. O maior desafio que se mostra aos TTs brasileiros se concentra nas estratégias de sobrevivência, notadamente no levantamento de recursos de subsistência que limitam a capacidade de atuação dos TTs e desviam seus esforços da atividade-foco: a produção/compilação e disseminação de ideias afetas às políticas públicas. As origens do fenômeno o Brasil, de caráter notadamente governamental ficaram patentes em como essa tipologia de TTs não partilha dos mesmos problemas de sobrevivência e acesso político que os TTs não governamentais brasileiros. O estudo permitiu, assim, lançar um olhar mais concreto sobre o fenômeno no Brasil, abrindo perspectivas de embasamento para discussões mais aprofundadas e vasta agenda de pesquisa em aberto sobre o tema.

Palavras-chave: *Think tanks*, Brasil, Políticas Públicas

1. INTRODUÇÃO

No universo de atores que buscam obter atenção na cena política, a partir da promoção de suas ideias e concepções para conformação de políticas públicas, os *think tanks* (TTs) se mostram como um tipo relativamente novo no Brasil, mas, em franca proliferação. Por conseguinte, seu campo de estudo, ainda significativamente incipiente, demanda exploração. Dentre as diferentes frentes investigativas ainda em aberto acerca dos TTs em geral e notadamente no Brasil, a compreensão de suas formas de atuação e modos de presença para influenciar o cenário político e a formulação das PPs, é um objeto que permite traçar uma compreensão mais detida sobre eles. Isto é, quais estratégias utilizam para sobreviver e se projetar (a partir de suas ideias) junto ao contexto político? A esse objetivo a que se dedica o artigo: lançar luz, a partir da análise de um universo intermediário de casos, sobre algumas estratégias de atuação dos TTs brasileiros na busca de influência junto a suas audiências de interesse.

Compreendidos, genericamente, como organizações que realizam pesquisa sobre políticas públicas e que buscam influenciar, por meio da promoção de suas ideias, a conformação dessas políticas, a origem dos primeiros *think tanks* remonta ao começo do século 20, nos Estados Unidos da América e Europa (RICH, 2004; MCGANN E WEAVER, 2002; ABELSON, 2009). Em sua gênese, essas organizações eram focadas no desenvolvimento de soluções via produção de expertise objetiva sobre desdobramentos sociais e políticos advindos da Revolução Industrial. Vivenciando uma considerável explosão mundial nos anos recentes, de 4 mil instituições em 2005 para quase 6,9 mil em 2015 (MCGANN E JONHSON, 2005; MCGANN, 2016), a literatura especializada, igualmente crescente, apresenta fortes indicativos de sua relevância em diferentes contextos nacionais nos processos afetos às PPs¹.

O campo de estudo dos *think tanks* é notadamente marcado por sua incipiência e, controversamente, pela inexistência de uma disputa estruturada acerca da definição da categoria analítica. Assim, o termo vem sendo utilizado de maneira inconsistente, desde o final do século XX, tanto para um lado em que há um estiramento do conceito por um uso excessivamente amplo, quanto para o outro, em que uma definição pouco realista circunscreve o fenômeno a um número irrisório de organizações.

1 Ver Rich, 2004; Stone e Garnett, 1998; Stone e Denham, 2004; Mcgann e Weaver, 2002; Mcgann e Johnson, 2005; Abelson, 2009; Longhini, 2013; Garcé, 2010; Medvetz, 2012; Rigolin e Hayashi, 2013; Gros, 2004, McGann, 2011.

Uma das bases conceituais mais promissoras no sentido de permitir um entendimento dos *think tanks*, sensível ao lugar particular que ocupam no universo de organizações que buscam influenciar o debate político, é a de Thomas Medvetz. Em resposta às condições políticas, institucionais, culturais e econômicas de cada contexto, *think tanks* vêm se organizando competitivamente na busca de credibilidade, visibilidade, acesso político e recursos financeiros e institucionais em uma atuação *sui generis*. Assim, um conceito sensível a estas particularidades se faz necessário. Nas concepções de Medvetz, na falta de um campo de poder próprio, nos termos de Bourdieu (*apud* MEDVETZ, 2010), *think tanks* vem se utilizando de diferentes tipos de capital de outros campos de poder e se posicionando entre esses espaços sociais para suplantar as barreiras de entrada no contexto político e projetar-se como assertivos disseminadores de ideias e aconselhadore de políticas². Categorizamos como *think tank*, portanto,

organizações focadas em influenciar o processo político, direta ou indiretamente, com ideias afetas às políticas públicas. Após sua geração ou compilação por seus especialistas, utilizam diferentes estratégias para promovê-las – junto à opinião pública, à mídia, aos formuladores de políticas e aos tomadores de decisão, em tempo hábil e oportuno para o aproveitamento das janelas de políticas e visando o levantamento de recursos que mantenham suas operações. Para tal, se utilizam de expedientes organizacionais de instituições mais estabelecidas para coleta e montagem das formas de autoridade que as aproximam de seus resultados de interesse, a saber: expedientes acadêmicos para geração de credibilidade intelectual, expedientes da dinâmica política para geração de acesso político, expediente dos empreendedores ou da economia para gerar recursos e “vender” suas ideias e, por fim, expediente dos especialistas de mídia para gerar publicidade e visibilidade a essas mesmas ideias (HAUCK, 2015: 64).

A partir dessa definição, buscamos explorar o universo de *think tanks* brasileiros e, ao mesmo tempo, testar a operacionalidade do conceito a partir do entendimento de que todo *think tank* utiliza os quatro expedientes organizacionais (mídia, política, economia e academia) para obter os quatro resultados de interesse (visibilidade, acesso, recursos e credibilidade). As variações na combinação de dedicação aos expedientes organizacionais dos campos de poder que os definem para alcance dos resultados de interesse expostos compõem perfis organizacionais consideravelmente diferentes. E, por conseguinte, modos de presença igualmente diferentes no contexto em que buscam projetar suas ideias. É por esse prisma que

² Referenciando-se em Bourdieu, Medvetz define espaço social como a representação de toda a estrutura social em um sistema multidimensional de posições ordenadas pelo volume e composição de autoridades (capitais), organizando relações entre indivíduos, grupos e classes. O campo de poder denota especificamente a porção mais alta do espaço social no qual os detentores de autoridade (especialmente dos capitais econômico, político e cultural e suas variantes) competem sobre as “taxas de permuta” ou valores relativos, dos diferentes tipos de capital. O campo de poder é estruturado principalmente pela oposição entre o capital econômico (dinheiro) e o capital cultural (credenciais), as principais fontes de acesso a posições de autoridade nas sociedades avançadas (BOURDIEU 1989 *apud* MEDVETZ, 2008: 04).

o presente estudo analisa a atuação de algumas organizações com comportamento potencialmente típico de *think tank*.

2. Metodologia

O presente estudo se configura como uma análise descritiva e exploratória. Essa análise foi construída a partir da utilização dos atributos marcadores do conceito supra-citado como balizadores do enquadramento das organizações como TT. Para além disso, extraímos deles indicadores referenciados na literatura que atuam como *proxy* dos resultados de interesse. Esse desenho nos permitiu apresentar três tipos de análises qualitativas:

- a. análises individuais (aderência caso-categoria analítica): a partir da ocorrência dos indicadores para as organizações analisadas, foi possível enquadrá-las no contínuo de *think tank*, conforme acima explicitado, mediante seus esforços em aferir os resultados de interesse que compõem o conceito em tela;
- b. análises agrupadas por perfil tipológico: mediante o enquadramento tipológico dos TTs nos termos da tipologia elencada (quadro 03), apresentamos análises agrupadas lançando luz sobre a utilidade das tipologias de *think tanks* e o impacto das afiliações sobre seus modos de presença;
- c. análise global do universo de casos: a agregação dos dados coletados nos permitiu tecer colocações panorâmicas sobre o tema e uma fotografia do fenômeno no período analisado.

2.1. Tipos de dados mapeados

A partir de estudos de Abelson (2006, 2009), Medvetz (2010, 2012) e Rich (2004) foi composta uma lista de indicadores expostos no Quadro 01, com adaptações para o caso brasileiro³, que serviram como parâmetros de mapeamento do perfil institucional⁴ e atuação na disseminação de ideias por parte dos *think tanks* analisados. A lista já indica as legendas do tipo de análise realizada conforme será sinalizada no quadro 04, na seção seguinte, na qual estão indicados os resultados de análise.

³ Este artigo é proveniente de uma investigação de mestrado realizada em 2014, portanto, os dados coletados contemplam o período de 2012 a 2014. No trabalho original do qual este deriva (HAUCK, 2015), o detalhamento de critérios é maior e os parâmetros utilizados para o mapeamento de dados está especificadamente exposto. A ausência desses detalhamentos, no entanto, não causa prejuízo ao entendimento proposto no presente artigo.

⁴ Algumas informações não se encontram disponibilizadas por todos os *think tanks* mapeados.

Quadro 01 – Indicadores de uso dos expedientes organizacionais para resultados de interesse

Resultados de interesse/ expediente organizacional	Indicadores	
VISIBILIDADE/ MÍDIA Classificação: (s) sim (n) não	1	Palestras, seminários e conferências abertas ao público
	2	Canais de mídia próprios (mídias sociais, TV, rádio)
	3	Inserção mídia de massa
	4	Staff de comunicação
CREDIBILIDADE/ ACADEMIA Classificação: (s) sim (n) não	5	Livros
	6	Publicações indexadas
	7	Concessão de títulos de grau
	8	Staff de pesquisadores > 5
ACESSO/ POLÍTICA Classificação: (s) sim (n) não	9	Sede ou filial em Brasília
	10	<i>Think tankers</i> no governo ou políticos no TT
	11	<i>Policy makers</i> em eventos do TT
	12	Audiências públicas ou estudo para governo
RECURSOS/ ECONOMIA	13	Matriz diversificada de recursos Classificação: (s) sim (n) não
	14	Principal fonte: governo (G), empresa (E), fundação internacional (FI), venda de serviços/produtos (V) ⁵ , partidos ou movimentos sociais (PM)
	15	Orçamento anual total (em milhões, dados de 2012)

Fonte: elaboração própria

A classificação tipológica também é utilizada, conforme no quadro 02, com o objetivo fornecer mais um parâmetro para conclusões, acerca dos dados mapeados, sobre os perfis de atuação dos TTs e seus modos de presença.

Quadro 02 – Tipologia de TTs proposta para a análise dos casos brasileiros

Tipo	Descrição
Acadêmico (AC)	baseados em universidades ou provenientes delas devotados a realizar e disseminar pesquisas científicas que subsidiem o debate de políticas públicas.
Governamentais (GOV)	Divisões estratégicas governamentais ou agências financiadas pelo governo. Gozam de estabilidade financeira com o ônus da não independência.
Pesquisa por contrato (PC)	conduzem pesquisa sob demanda, privada ou governamental e tem forte credenciais acadêmicas por isso rigor metodológico, mas podem sofrer interferências nos rumos da pesquisa pelos contratantes.
<i>Advocacy</i> político (AD)	Direcionadas ideologicamente, podem devotar mais atenção à disseminação de ideias do que a produzi-las. O processo político é uma guerra de ideias e suas equipes é pouco acadêmica. Frequentemente, obtém recursos de fontes ligadas aos interesses que promovem.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de McGann e Weaver (2002) e Hart e Vromen (2008)

⁵ A categoria “venda de produtos e serviços” considera que, para além de contratos de consultoria com o governo ou empresas o TT tem outros produtos (cursos, assinaturas, publicações, etc), como principal fonte de receitas.

Explicitando a conexão entre os dados coletados e os resultados de interesse trazidos pelo conceito condutor das análises é importante destacar: a) é a partir da identificação do montante e fonte de recursos que poderemos realizar algumas observações acerca da busca dos *think tanks* pelos recursos de sobrevivência. Ou seja, qual a estratégia de sobrevivência da organização? Ou ainda, como e de onde levanta recursos para custear suas operações? E quais as implicações disso para seu desempenho; b) o entendimento sobre o perfil do quadro de colaboradores e tipo de publicação (se científica) permite compreender em que medida o resultado credibilidade vem sendo priorizado pelo TT, verificando suas credenciais acadêmicas; c) as estratégias de disseminação de ideias junto ao público geral permitem averiguações sobre o desempenho de atividades que conferem visibilidade ao TT e a seus estudos; e, por fim, d) as estratégias de disseminação de ideias junto a policymakers e tomadores de decisão trazem indicativos sobre os níveis de acesso político.

3. Análises e conclusões sobre os *think tanks* estudados

3.1. Análises individuais

Uma análise qualitativa detalhada de um grupo de 20 das 25 organizações selecionadas⁶ para investigação foi realizada no estudo original que embasa este artigo⁷ (HAUCK, 2015). Por motivos de objetividade, porém, expomos, pelo quadro 04, os principais indicativos do mapeamento, sem as análises qualitativas individuais exaustivas. Ainda assim, as informações do quadro permitem o entendimento da dimensão individual de cada um e principais estratégias priorizadas na busca dos resultados de interesse a partir do uso dos expedientes organizacionais, conforme explicitado no quadro 01 da seção anterior.

⁶ BRICS Policy Center (BPC); Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR); Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC); Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES); Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN); Conectas Direitos Humanos; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos sócio-econômicos (DIEESE); Escola Superior de Guerra (ESG); Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG); Fundação de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP); Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Fundação Perseu Abramo (FPA); Instituto de Estudos Empresariais (IEE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto do Milênio (IMIL); Instituto Fernand Braudel (IFB); Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC); Instituto Liberal (IL); Instituto Liberdade (ILIB); Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da USP (NUPPS).

⁷ O primeiro critério de seleção dos casos a serem estudados foram as edições 2012-2014 do ranking de TTs desenvolvido pelo *Think tanks and Civil Society Program* (TTSCP) da UPenn, pelo critério de maior recorrência. Para uma listagem final, cruzamos esta listagem com estudos que abordam casos de *think tanks* brasileiros (Gros, 2004; Teixeira, 2012; Soares, 2009; Soares, 2011; Sorj, 2001; Chacel, 2002; Truitt, 2002; Rigolin E Hayashi, 2013). O estudo original elencou um total de 29 organizações potencialmente classificáveis como TTs. Algumas delas, porém, foram descartadas mediante fragilidade de sua atuação frente ao enquadramento sugerido ou por auto-determinação negativa, como foi o caso do Instituto Lula e ICONE (Ver HAUCK, 2015).

Quadro 04 – *Think tanks*, enquadramento tipológico e indicadores de resultado

<i>Think tank</i>	Tipo	Visibilidade				Credibilidade				Acesso				Recursos		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15 (em milhões) ⁸
CEBRAP	AC	s	s	s	s	s	s	n	s	n	s	n	s	s	fi	ND
CEBRI	AC	s	s	s	s	s	n	n	n	n	s	s	s	n	e	R\$ 2,14
BPC	AC	s	n	s	s	n	n	n	s	n	s	s	s	n	g	ND
FIPE/USP	AC	s	s	s	s	s	s	s	s	n	s	s	s	s	v	ND
NUPPs	AC	s	n	s	n	s	n	n	s	n	s	s	s	n	g	ND
CERESAN	AC	s	n	n	n	n	n	n	s	n	s	s	s	n	g	ND
CEDEPLAR	AC	s	s	n	n	s	s	s	s	n	s	n	s	n	g	ND
IFHC	AC	s	s	s	s	s	s	n	n	n	s	s	n	s	fi	R\$ 2,50
FGV	AC/PC	s	s	s	s	s	s	s	s	s	s	s	s	s	v	R\$ 900,00
CEDEC	AC/PC	s	n	n	n	s	s	n	s	n	n	s	s	s	g	ND
CGEE	PC	s	s	s	s	s	s	n	s	s	s	s	s	n	g	R\$ 28,80
FUNCEX	PC	s	s	n	s	n	s	n	s	n	s	n	s	s	g	ND
CINDES	PC	s	s	s	n	n	n	n	n	s	s	s	s	s	g	ND
IL	AD	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	n	e	ND
IMIL	AD	s	s	s	s	n	n	n	n	n	n	n	n	n	e	R\$ 1
DIEESE	AD	s	s	s	s	s	n	s	s	s	s	s	s	s	pm	R\$ 30,30
CONECTAS	AD	s	s	s	s	n	s	n	n	n	n	s	n	s	fi	R\$ 3,17
IFB	AD	s	s	s	s	s	n	n	n	n	n	s	n	s	e	R\$ 4,18
IEE	AD	s	s	s	s	s	n	n	n	n	n	s	n	n	e	ND
ILIB	AD	s	s	s	s	n	n	n	n	n	n	n	n	n	e	ND
FPA	AD	s	s	s	s	s	s	s	s	n	s	s	s	n	pm	ND
IPEA	GOV	s	s	s	s	s	s	s	s	n	s	s	s	n	g	R\$ 487,00
FUNDAJ	GOV	s	s	s	s	s	s	s	s	s	s	s	s	n	g	R\$ 112,10
FUNAG	GOV	s	s	s	s	n	n	s	s	s	s	s	s	n	g	R\$ 19,30
ESG	GOV	s	n	n	s	n	n	n	s	s	s	s	s	n	g	R\$ 9,50

Fonte: elaboração própria

A seguir, uma análise de cada agrupamento por perfil tipológico, a partir do conjunto de análises individuais de toda a listagem, permitirá observar as similaridades e diferenças inter e intra-tipos. Essa análise fortalece ainda mais o teste conceitual na medida em que, se pressupomos que cada tipo possui um enfoque sobre os resultados de interesse dos *think tank* (a saber: tipos governamentais enfocam em acesso político, TTs de pesquisa por contrato em recursos, TTs acadêmicos em credibilidade e TTs de *advocacy* político enfocam em

⁸ É notória a indisponibilidade de informações orçamentárias das organizações mesmo mediante solicitação. Frente ao imperativo de *accountability* que se coloca a organizações que sobrevivem de recursos de terceiros esse aspecto revela, a nosso ver, elementos de incipiência gerencial nos termos utilizados pelos *think tanks* mais sólidos.

visibilidade) as avaliações por agrupamento permitem verificar se essa pressuposição procede. Mais do que isso, as averiguações permitiram compreender mais sobre as potenciais configurações dos quatro resultados para cada perfil tipológico, revelando aspectos do fenômeno e apontando caminhos de pesquisa futuros.

3.1.1. Análises por agrupamento tipológico

As análises do universo de *think tanks* selecionados por agrupamento tipológico mostraram como as afiliações são um fator de alta relevância para a atuação dos *think tanks*. O tempo da academia, avesso aos tempos da política e da mídia mostra como essa atividade gera uma estrutura bipolar de funcionamento em um *think tank*, a partir das premissas de Medvetz (2008) de uso dos quatro idiomas, que pautam o conceito aqui utilizado. Isso porque os objetivos associados a três dos quatro idiomas (acesso político, recursos e visibilidade) são mais facilmente alinhados um com o outro do que o são com a busca de credibilidade acadêmica, conforme explicita o autor. Isto é, mais visibilidade favorece a maior acesso político e ambos potencializam a capacidade de levantamento de recursos de sobrevivência. Por outro lado, a construção de credibilidade acadêmica apresenta incompatibilidades em sua dinâmica com os esforços e demandas da busca desses três resultados.

Dessa forma, no conjunto de casos analisado, TTs acadêmicos, associados a universidades direta ou indiretamente, se dividem em um contínuo que de um lado, está povoado por organizações com perfil hermético e pouco ágil no que tange à sua capacidade de acompanhar e pautar o debate acerca das questões políticas às quais se dedicam. De outro, estão organizações consideravelmente preparadas para utilizar dos diferentes expedientes formadores do conceito de *think tank* aferindo seus respectivos resultados. No contínuo estariam, no primeiro extremo CERESAN/UFRRJ, NUPPS/USP, FIPE/USP, CEDEPLAR/UFMG. Nesses casos, as ações de disseminação de ideias são pulverizadas e geralmente não compõem um plano amplo e articulado de projeção institucional. As informações institucionais disponibilizadas aos interlocutores são limitadas, confundindo-se muitas vezes com as informações das universidades às quais estão afiliados. Como muitos *think tanks* categorizados como acadêmicos não se formaram com o intuito explícito de tornarem-se *think tanks*, mostram-se despreparados institucionalmente para atuar na “guerra das ideias” (RICH, 2004). Suas publicações são herméticas e canalizadas de maneira insuficiente para o público de interesse. Somado a isso, o vínculo universitário pode, por um lado, dificultar a dedicação enquanto *think tankers* e, por outro, tornar menos imperativa a busca de visibilidade e acesso político por si mesmos e para garantia de recursos de

sobrevivência. Portanto, as ações de disseminação de ideias são pontuais e geralmente não compõem um plano amplo e articulado de projeção institucional.

Do centro para o extremo oposto, CEBRAP se destaca com uma atuação competitiva de *think tank*, no entanto, ainda com perfil de comunicação de suas pesquisas voltado a públicos especializados, em grande medida. Do outro lado do espectro, BPC, IFHC e CEBRI, já transitam amplamente pelos diferentes expedientes. Se destacam na busca de orquestrar esses entraves para galgar mais espaço a partir de networking com atores governamentais, pesquisa colaborativa com pesquisadores em universidades e ação em tempos háveis com aproveitamento de janelas de políticas. Com equipes especializadas de gestão e comunicação, buscam canalizar sua produção de conhecimento em formatos, tempos e espaços que favoreçam a disseminação de suas ideias, sem subjugar a consistência acadêmica. É importante notar que todos eles, com exceção do BPC, tem sua origem desvinculada da estrutura insitucional formal universitária, ainda que se valham das parcerias institucionais com as universidades para sua produção de conhecimento. Ou seja, são iniciativas deliberadas de pesquisadores ou de autoridades políticas em instituir centros de pensamento e disseminação de conhecimento de interesse público. Essa des-filiação talvez seja a principal diferença no contínuo, fator crítico para sua maior presença nos âmbitos de influência política. Isto é, há uma agenda objetiva e calculada para busca de influência.

Alguns dos *think tanks* de pesquisa por contrato (PC) são também organizações com forte perfil acadêmico permitindo o entendimento dessa tipologia em dois subtipos:

- a. Acadêmicos/PC: a prestação de serviços de pesquisa mediante demanda é uma maneira de aproveitar os insumos acadêmicos na geração de recursos de sobrevivência associadas à uma intervenção concreta no contexto político de interesse, como é o caso da FGV e do CEDEC;
- b. PC/Advocacy: a prestação de serviços de pesquisa por contrato é a principal razão de existência do TT, como é o caso da FUNCEX, CGEE e CINDES. Os resultados de suas pesquisas são usados para disseminação de ideias.

A identificação destes diferentes tipos de atuação dos TTs, que podem ser classificados como *contract research* ou de pesquisa por contrato, denota que a categoria tipológica pode se mostrar pouco representativa em uma análise de um universo de número de casos mais exaustivo, já que foi pouco representativa no que se refere ao universo de organizações estudado. Isto é, em essência, esses TTs poderiam ser classificados, no primeiro caso, como tipo Acadêmico e, no segundo caso, como tipo *Advocacy* Político. No limite, o que observamos

é que a pesquisa por contrato é mais um meio gerador de recursos em um cenário inóspito de financiamento para *TTs* e não um fim em si mesmo.

O caráter híbrido, a nosso ver, é sintomático de um fator contextual brasileiro (quijá mundial) para os *think tanks* – os desafios de financiamento. Como um dos elementos de sobrevivência dos *think tanks*, a escassez de recursos financeiros torna imperiosa a busca por alternativas de sustentabilidade por essas organizações que, muitas vezes, é encontrada na utilização do robusto potencial de serviços de pesquisa por contrato detido pelos colaboradores/pesquisadores. Ademais, a prestação de serviços oferece, além da canalização de recursos financeiros de sobrevivência, os benefícios indiretos de acesso político, uma vez que o *TT* se torna prestador de serviços por contratos com órgãos governamentais e a prestação do serviço permite, em alguma medida, articulação direta com eles, assim como emissão de sua mensagens via produtos da consultoria. No entanto, o fato de seus recursos de sobrevivência serem advindos principalmente de contratos de pesquisa sob demanda. Tendo isto em vista, há claros limites para que seus estudos sejam vistos como livres de vieses.

Destacam-se por adotar uma postura clara quanto à necessidade de divulgação de seus estudos, mesmo que encomendados por contrato, como diretriz estratégica de projeção institucional e *advocacy*. Mas o fazem em grande medida focando em públicos especializados e não o público geral. Adotam ainda, em sua maioria, uma política de transparência, disponibilizando informações institucionais como relatórios de atividades, prestação de contas ou descritivo das consultorias e contratantes. Dão publicidade às equipes e arranjos colaborativos acerca de como conduzem a organização. E é exatamente essa postura associada à estratégia de disseminação de ideias (formatos, linguagem, acessibilidade, uso de redes sociais), que os separam das empresas de consultoria e os posiciona como *TTs*.

Entre os *think tanks* de *advocacy* político um grande número está focado na disseminação de ideologias políticas, conservadoras ou progressistas. Frente a vigência ininterrupta por mais de uma década de governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhados, forças conservadoras tem se fortalecido para fazer oposição ao governo a partir de sua constituição enquanto *think tanks*. Muitos estão focados em influenciar a opinião pública para pressão junto aos tomadores de decisão, já que não há grande fluxo de influência direta e facilitada junto a estes. Seu vínculo com o universo da academia é consideravelmente frágil. Por isso, utilizam-se mais de estratégias públicas de disseminação de ideias, mediante redes sociais e parcerias com veículos de comunicação de massa para publicação de conteúdo mais opinativo. São financiados quase exclusivamente por recursos privados. Instituto Millenium, Instituto Liberal,

Instituto Liberdade, Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Fernand Braudel, são alguns exemplos.

Os progressistas, por sua vez, (DIEESE e FPA), ainda que se encaixem nesse mesmo perfil de disseminação ideológica, por seu alinhamento com o governo vigente durante o período analisado, gozam de significativo acesso político. Diferenciam-se em alguma medida dos conservadores pelo maior empenho na produção e disseminação de expertise disseminando publicações de caráter mais científico, revistas indexadas e editoras ativas na publicação de livros alinhados à ideologia com a qual tem compromisso. Ou seja, trabalham de maneira mais equilibrada os diferentes expedientes, ainda que com alguma retração no que se refere ao uso de canais de comunicação para capilarização de suas ideias junto ao público geral.

O Conectas Direitos Humanos, por sua vez, é um TT comprometido com a disseminação dos valores e premissas dos Direitos Humanos (DH). Seus esforços de influência tem como foco principal as instâncias de tomada de decisão multilaterais e os poderes legislativos. Nesse sentido, o TT tem atuado de maneira eficiente, mostrada por sua trajetória como organização consultiva da ONU e diversas articulações com órgãos legislativos no país. A pesquisa, por não ser seu principal enfoque, é em grande medida colaborativa e suas estratégias de visibilidade ainda focadas nos âmbitos de influencia prioritários.

Entre os *think tanks* governamentais o cenário se mostra bastante diversificado frente as significativas variações orçamentárias, de estratégia de atuação e de envergadura da estrutura de colaboradores. A maior parte das organizações analisadas lida com somente um tema de políticas, à exceção do IPEA, explicitando a especialização técnica desse tipo de agência no âmbito governamental. Não apresentam constrangimentos significativos, tais como os demais tipos de TTs, do ponto de vista de recursos de sobrevivência, ainda que compor a estrutura governamental não seja garantia de dotações orçamentárias suficientes para competitividade do TT. Exemplo disso é a ESG que, com uma dotação mais tímida, possui uma amplitude de atividades e ações igualmente tímida. Ainda assim, comparada a TTs de outros perfis tipológicos, possui maior projeção institucional e presença doutrinária a partir da realização de seus cursos, muito focados em formadores de opinião.

Quanto à formação dos quadros de pesquisadores, é importante revelar que, à exceção da ESG e da FUNAG, os TTs governamentais analisados possuem contingentes amplos de pesquisadores com trajetória acadêmica de relevo. IPEA e FUNDAJ possuem quadros de funcionários com alto contingente de mestres e doutores e todas elas possuem pelo menos uma ou mais publicações indexadas de alto impacto na avaliação Qualis/Capes. A FUNAG, por sua vez, conta com o corpo docente do Itamaraty e do corpo de diplomatas do Ministério

de Relações Exteriores, em grande medida acadêmicos, para compor os estudos que figuram os livros e demais obras editadas pela Editora FUNAG. A ESG, por sua vez, tendo como principal foco de atuação a realização de cursos, ainda que não possua muitos pesquisadores como servidores de carreira, convoca civis com trajetória acadêmica para ministrar cursos e publicar em suas revistas.

Em uma perspectiva global, a grande maioria dos TTs se utiliza de praticamente todas as ferramentas e mecanismos de disseminação de ideias junto à opinião pública e a policymakers. A maior parte dos TTs governamentais investe em eventos externos tanto para fomentar discussões em pauta ou para promover estudos que realizaram. Existe, em pelo menos três das quatro instituições analisadas, uma definição objetiva de estratégia de comunicação com seu público de interesse e equipes especializadas na condução dessa estratégia. Essa mesma maioria utiliza as redes sociais e até canais próprios de TV para divulgar informações e conhecimento, e todas eles oferecem pelo menos algum tipo de curso ou formação para públicos externos. Nestes quesitos, assim como no quesito disponibilidade orçamentária, destoa-se das demais a ESG, com atuação mais circunscrita. Essa pouca expressividade orçamentária e de projeção institucional pode se dar em função da pouca expressividade do campo de política de defesa no Brasil contemporâneo.

3.1.2. Análises globais

As análises globais, conforme explicitado, estão organizadas conforme os resultados de interesse que se remetem ao conceito de *think tank* em destaque, como principal condutor de todo o esforço analítico. O objetivo é compor uma fotografia do panorama geral no campo de *think tanks* brasileiros, no período analisado, permitindo futuros estudos comparativos para a compreensão da evolução do fenômeno no país. Em primeiro lugar destacamos que eram minoria os *think tanks* que se auto-declararam enquanto tal à época da coleta de dados (2014), mas este cenário já se mostra diferente em 2016. Isso não significa, no entanto, que compreendem a multiplicidade de papéis que deve exercer para alcançar os resultados que os permitam atingir seus objetivos, conforme conceito mobilizado neste estudo. Ou seja, são poucos os *think tanks* que se organizam de maneira estratégica e equilibrada para fazer uso dos diferentes expedientes organizacionais a que Medvetz (2008, 2010) se refere. Ainda que utilizem as ferramentas que permitam essa projeção, não as utilizam a partir de um plano articulado e direcionado para geração de um expediente próprio de *think tank*.

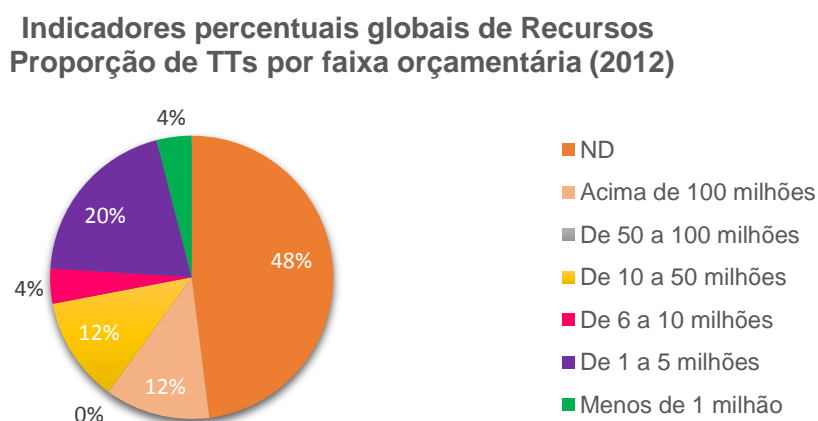
No que tange à transparência organizacional, mais da metade dos *think tanks* analisados não detém uma política de publicização de suas atividades e contas. Ainda assim é importante frisar que 1/5 das organizações avaliadas possuem vinculação direta ao aparelho

governamental, de tal forma que estão legalmente obrigadas a prestar contas e relatar suas atividades anuais, conforme supracitado. É possível que, não fosse a existência da Lei de Acesso à Informação⁹, essa proporção seria ainda maior.

Os efeitos dessa ausência de transparência estão diretamente relacionados à capacidade dos *think tanks* de obterem um de seus resultados de interesse mais significativos: recursos de sobrevivência. Como fator imprescindível na projeção de uma imagem responsiva junto a financiadores e apoiadores, a resistência a um posicionamento institucional transparente é diretamente desfavorável à construção de uma imagem sólida e confiável acerca do uso dos recursos por parte da organização, desestimulando o engajamento de outros financiadores e doadores e dificultando o fortalecimento da confiança do público geral sobre as organizações e suas ideias. Ao mesmo tempo, tem efeitos indiretos sob o resultado de interesse dos TTs representado pela credibilidade, na medida em que as ações de transparência, tanto de contas quanto de atividades, favorecem uma aproximação dos interlocutores de interesse com a dinâmica organizacional. Nestes termos, a maioria dos TTs brasileiros não desempenha adequadamente o uso do idioma empreendedor/ econômico e por vias indiretas prejudicam a percepção sobre o uso do idioma acadêmico. Assim perdem em potencial de captação de recursos e credibilidade junto a seus públicos de interesse.

A figura 01 mostra a proporção do número de TTs por faixa de disponibilidade orçamentária. A proporção de *think tanks* cujo orçamento não foi disponibilizado (ND) é de mais de 50%, reiterando a falta de transparência acerca das informações sobre recursos e fontes.

Figura 01 – Proporção de TTs por faixa orçamentária do conjunto de TTs (Recursos)

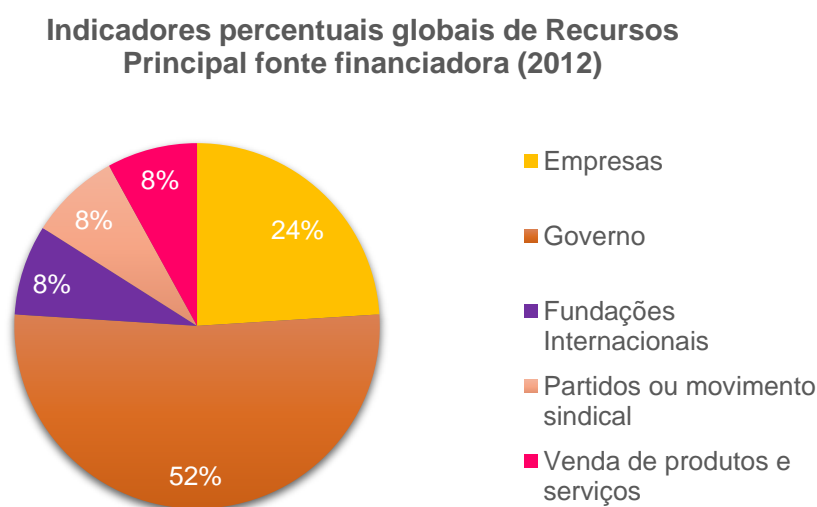


Fonte: elaboração própria

⁹ Lei 12.527 de 18/11/2011.

Ainda é importante destacar que, excetuando-se o caso da FGV, os TTs com orçamentos acima de R\$ 10 milhões são todos governamentais daqueles que tivemos acesso ao orçamento disponível. A análise dos dados disponibilizados por cada instituição mostra que a grande maioria (52%) ainda tem como principal fonte de financiamento o governo (Figura 02). Os TTs de advocacy, em sua maioria, tem como principal fonte organizações cujos interesses representam, tais como empresas, partidos ou organizações sindicais.

Figura 02 – Principal fonte financiadora do conjunto de TTs em percentual (Recursos)



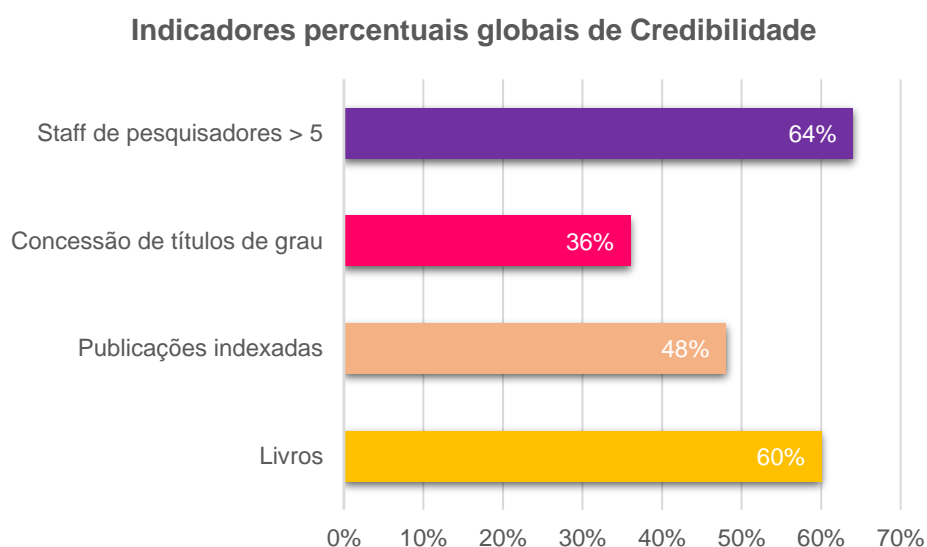
Fonte: elaboração própria

A análise da formação das equipes dedicadas aos TTs ou os arranjos cooperativos para condução de pesquisas são reveladores do uso do idioma acadêmico, que confere aos TTs a sua credibilidade por associação com a autoridade científica. Nesse quesito, o universo analisado conforme mostra a Figura 03, apresenta uma grande maioria dos TTs analisados cujas equipes são formadas por predominância de pesquisadores. Alguns poucos casos, como é o caso do IFHC, CEBRI e Conectas, as equipes de pesquisadores são pequenas (menos de 05 pesquisadores permanentes), porém, contam com amplas parcerias com pesquisadores de outras instituições permitindo a manutenção da qualidade acadêmica do trabalho e, assim a credibilidade científica. Mais que isso, essas organizações mostram uma tendência ao incentivo à pesquisa colaborativa, fortalecendo ainda mais a credibilidade de seus estudos a partir da revisão dos pares que se dá no processo de colaboração.

Dessa forma, os classificamos, ainda assim, como obtendo predominância de colaboradores pesquisadores, haja vista a credibilidade da condução de seus estudos. Do conjunto de TTs analisados, 64% tem equipes de pesquisadores com mais de cinco integrantes, corroborando

sua credibilidade acadêmica. A existência de publicações científicas indexadas de responsabilidade do TT também foi considerada um indicativo de credibilidade científica. Nesse quesito, porém, pouco menos da metade (48%) dos TTs analisados são responsáveis por alguma publicação desse tipo. Em algumas organizações, especialmente aquelas voltadas ao *advocacy* político, as pessoas dedicadas à composição de *briefs*, artigos e estudos para disseminação de ideias não detêm trajetória acadêmica, fragilizando os resultados de credibilidade científica associados a eles. São os casos do IEE, Instituto Liberdade e Instituto Liberal e Instituto Millenium.

Figura 03 – Percentual de TTs que usam cada estratégia de alcance de Credibilidade



Fonte: elaboração própria

De maneira geral, vale destacar que notamos a existência de uma linha tênue na atuação dos indivíduos envolvidos com *think tanks* no Brasil no que se refere à sua trajetória na ocupação de cargos políticos e na ocupação de funções eminentemente acadêmicas. Muitos desses indivíduos associaram as duas atuações ao longo dos anos, tornando nebulosa a predominância de uma ou outra. Casos emblemáticos aparecem, por exemplo, no Conselho Administrativo do CEBRAP, em que indivíduos que ocuparam diversos cargos políticos, também atuaram fortemente como pesquisadores ao longo da vida. Fernando Henrique Cardoso, Celso Lafer, Eunice Ribeiro Durham, Carmen Sylvia Junqueira, Pedro Paulo Poppovic, Elza Berquó, para citar alguns. Outro caso é o do IFHC, cujo grupo de integrantes conta com autoridades como Fernando Henrique Cardoso, Clóvis de Barros Carvalho, Horácio Lafer e outros. Ou seja, existe uma trajetória duplamente imbricada entre academia e política, cujas atuações certamente se influenciam e se pautam.

Podemos identificar também alguns pesquisadores que estão vinculados a diferentes TTs ao mesmo tempo: Fernando Henrique (CEBRAP, IFHC), Celso Lafer (CEBRAP, IFHC), Maria Hermíria de Tavares (CEBRAP, IDESP, WOODROW WILSON CENTER), diversos integrantes dos TTs de *advocacy* político comprometidos com a disseminação do ideário liberal também mostram esse múltiplo apoio em diferentes organizações, como Rodrigo Constantino, Rubens Ricupero e outros membros concomitantes do IMIL, IEE, IL, ILIB e IFB, formando uma rede de *think tanks* liberais em ascensão na cena política, especialmente no âmbito da disseminação de ideias junto à opinião pública.

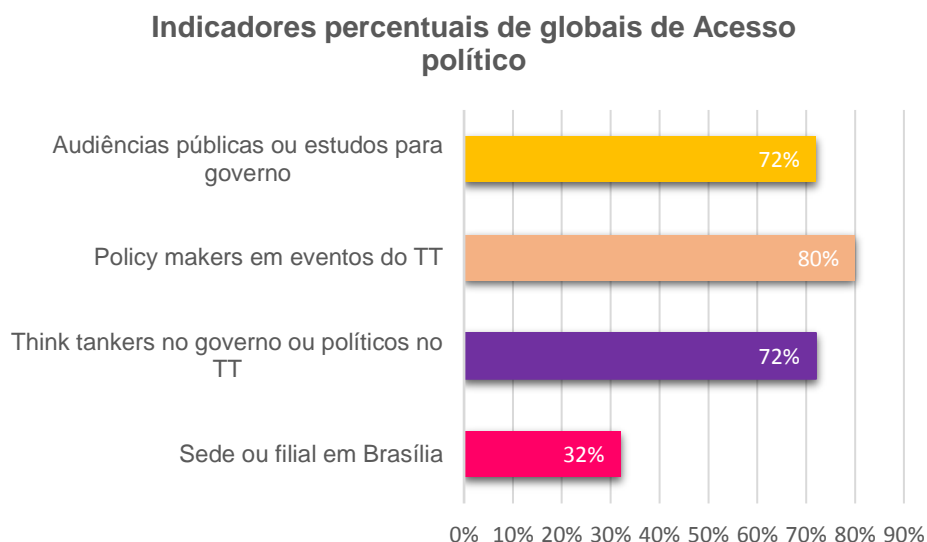
De forma geral, foi possível notar a formação de redes de TTs entre aqueles comprometidos com as mesmas missões ou valores, como é o caso da rede formada pelos TTs voltados para a política externa, relações internacionais e comércio exterior, formada pelo BPC, IFHC, CEBRI, CINDES e FUNCEX, com diversas atuações colaborativas. Ao mesmo tempo, como já assinalado, o mesmo tipo de atuação colaborativa pode ser observado entre os TTs liberais: IEE, IL, ILIB e IMIL, conforme supracitado. É possível que um mapeamento de um universo maior de TTs possa revelar uma tendência de atuação colaborativa em redes temáticas, conformando essas redes de TTs como parte relevante de comunidades epistêmicas¹⁰ acerca dos temas – objeto relevante para agenda de pesquisa.

No que se refere ao desempenho global da busca de acesso político no universo analisado, podemos perceber que nos termos dos dados levantados, a performance dos *think tanks* brasileiros ainda merece maior enfoque em atuar diretamente na busca de influência junto aos *policy makers*. A figura 05 revela que no caso de participação em eventos de *policy makers*, realização de estudos e briefs para o governo e alguma passagem dos *think tanks* por estruturas governamentais a incidência é mais alta que 70%. Somente 32% possui escritório de *liaison*¹¹ junto aos tomadores de decisão (no caso, Brasília), indicando uma menor interface de interação direta junto a esses interlocutores do ponto de vista institucional formal.

¹⁰ Uma comunidade epistêmica é uma rede de profissionais com experiência e reconhecida competência em um domínio específico e uma reivindicação de autoridade ao conhecimento relevante para a política dentro de uma policy issue (Haas, 1992 *apud* Oliveira, 2012, p. 04).

¹¹ Os escritórios de *liaison* tem como objetivo manter relacionamento com interlocutores e *stakeholders* (partes interessadas) enfocados por uma determinada instituição.

Figura 05 - Percentual de TTs que usam cada estratégia de alcance de Acesso político



Fonte: elaboração própria

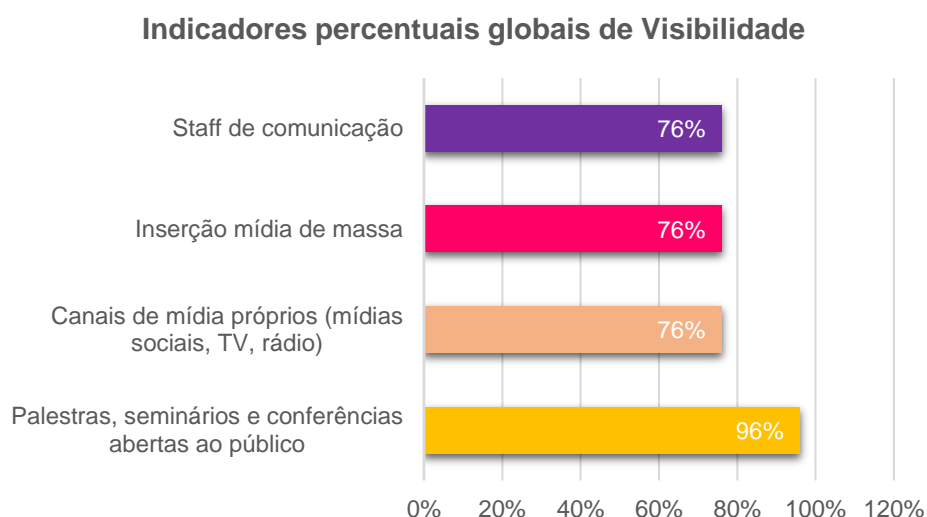
Ainda que esses dados não tenham sido levantados, supomos ainda que os indicativos de participação de *think tankers* (TTers) em times de transição e períodos eleitorais sejam tímidos. Mais que isso, acreditamos que a incidência de depoimentos de TTers no Congresso ou em audiências com o Poder Executivo, grandes indicativos de busca de influência por estratégia de busca de acesso político, não sejam tão expressivos. Um estudo posterior com o intuito dessa avaliação pode revelar essa questão adequadamente. É relevante lembrar que os levantamentos conduzidos indicaram se, em qualquer medida, o TT realiza ou não aquela estratégia, não identificando em que intensidade. Portanto, ainda que os percentuais identificados não sejam desanimadores, uma averiguação das medidas da utilização dessas estratégias pode revelar um quadro, que, nos termos de nossas suposições, não seja tão profissionalizado. Posicionamentos presentes em estudos qualitativos e notícias¹² demonstram a fragilidade no uso dessas estratégias.

No tocante às estratégias de disseminação de ideias junto ao público geral objetivando visibilidade, os TTs brasileiros analisados mostraram uma utilização mais completa dos instrumentos que facilitam essa atuação. Porém, como supramencionado, não necessariamente observamos essa utilização como parte de uma ação deliberada e intencional de perseguir uma “cartilha” própria dos TTs. A figura 06 mostra o percentual de organizações que utilizam cada tipo de ação. A grande maioria já realiza eventos de grande

¹² Ladi e Lazarou, 2012; Folha on Line: A descoberta do mundo, disponível em: www.ipea.gov.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=9551; dentre outros.

e menor envergadura para divulgar seus estudos e se posicionar como referência no campo de políticas que atuam. Por outro lado, nem todos os TTs demonstram investir em ações de comunicação institucional nos termos que os TTs mais referenciados o fazem, dificultando o alcance de resultados de interesse, ao nosso ver.

Figura 06 - Percentual de TTs que usam cada estratégia de alcance de Visibilidade



Fonte: elaboração própria

Em suma, podemos afirmar que, ainda que tenha sido possível identificar casos claros de organizações que podem ser enquadradas como *think tanks* no Brasil, que se posicionam como tal e que vem perseguindo uma atuação que potencialize sua capacidade de projeção, essas práticas ainda são, na sua maioria, incipientes. Podemos supor que, se nossa listagem é resultado de um cruzamento entre o ranking mundial de *think tanks* mais referenciado pelo campo e os poucos estudos sobre o assunto no Brasil, que aqueles TT estudados tendem a ser os que mais avançaram em sua busca pelo reconhecimento enquanto aconselheiros de políticas e influenciadores das políticas formuladas. E, se esse universo mostra certa incipiência da capacidade de lidar com os desafios do que significa se posicionar como um *think tank* no cenário político brasileiro, o fenômeno no país ainda é uma cena em construção. Isto quer dizer que não exercem influência no processo político? A discussão de influência ainda permanece como uma questão a ser perseguida como uma das agendas de pesquisa que melhor podem responder a medida da relevância destes atores no panorama político brasileiro.

Referências bibliográficas

- ABELSON, D.E.. (2006) **A Capitol Idea: *Think tanks* and US Foreign Policy**. McGill Queens, Montreal.
- ABELSON, D. E.. (2009) **Do *think tanks* matter? Assessing the impact of public policy institutes**. Montreal: McGill-Queen's University Press.
- CHACEL, J.. (2002) ***Think tanks* in Brazil: the Case of Instituto Brasileiro de Economia as an Illustration**. In: MCGANN, James G, WEAVER, R. Kent. (eds.). *Think tanks & Civil Societies: Catalysts for Ideas and Action*. New Brunswick, Transaction Publishers.
- DAGNINO, R.. (2002) **Metodologia de Análise de Políticas Públicas**. GAPI – UNICAMP, 2002. Disponível em <www.campus-oei.org/salactsi/rdagnino1.html> Acesso em março/2013.
- GROS, D. (2004) **Institutos liberais, Neoliberalismo e políticas Públicas na nova república**. RBCS Vol. 19 nº. 54.
- HART, P.; VROMEN, A.. (2008) **A new era for *think tanks* in public policy: international trends, Australian realities**. The Australian Journal of Public Administration, vol. 67, no. 2, pp. 135-148.
- HAUCK, J. C. R. (2015) ***Think tanks*: quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil**. Dissertação mestrado, Programa Pós-graduação do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.
- LADI, S.; LAZAROU, H.. **Think-Tanks and Policy Transformation: The Case of Brazil**. Draft Paper to be presented at the IPSA XXIIInd World Congress of Political Science “Reshaping Power, Shifting Boundaries”, Madrid, July 8 -12, 2012. No prelo.
- LONGHINI, A.. (2013) **The role and the influence of *think tanks* on the policy-making process in Europe. France and Italy’s case studies in comparison with the US**. LSE – The European Graduate Network Conference.
- MCGANN, J.. **Global Go To *Think tanks* Report**. University of Pennsylvania, Philadelphia, edições 2011, 2012, 2013, 2014. Disponíveis em: <<http://www.gotothinktank.com/thinktank>> Acesso em abril, 2013 e dezembro, 2014.
- MCGANN, J.; JOHNSON, E.. (2005) **Comparative *think tanks*, politics and public policy**. Edward Elgar, Cheltenham, 2005.
- MCGANN, J.; WEAVER, R. (Orgs). (2002) ***Think tanks* and civil societies – catalysts for ideas and action**. Transactions Publishers, New Brunswick e Londres.
- MEDVETZ, T.. (2008). ***Think tanks* as an emergent field**. The Social Science Research Council. October.
- MEDVETZ, T.. (2010). **“Public Policy is like having a vaudeville act”: languages of duty and difference among *think tank*-affiliated policy experts**. Qual Sociol 33, pp. 549-562.
- MEDVETZ, T.. (2012). **Murky Power: “*Think tanks*” as boundary organizations**. In: COURPASSON, D.; GOLSORKHI, D.; SALLAZ, J. (eds). Rethinking power in organizations, Institutions and Markets (Research in the Sociology of Organizations, Vol. 34), Emerald Group Publishing Limited, pp. 113-133.
- RICH, A. (2004) ***Think tanks*, public policies and politics of expertise**. City college of New York, Cambridge University Press.
- RIGOLIN, C.; HAYASHI, M. C.. (2013) **A produção de conhecimento institucionalizado nos *Think tanks* brasileiros: ciência, tecnologia e inovação segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (1995-2010)**. Universitas Humanística no.76 julio-diciembre de 2013 pp: 393-418 Bogotá, Colombia.

- RIGOLIN, C.; HAYASHI, M. C.. (2012) **Por dentro dos "reservatórios de ideias": uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros**. Liinc em Revista, v.8, n.1, Rio de Janeiro, p. 20-33. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>> Acesso em junho, 2012.
- SOARES, J.R.. (2009) ***Think tanks: um esforço para a estruturação de conhecimentos sobre o fenômeno e sua influência sobre políticas públicas no Brasil***. Dissertação mestrado, Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina.
- SOARES, N. O.. (2011) **Os *think tanks* e a Política Externa Brasileira: estudo de caso do Cebri e do Icone**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2011.
- SORJ, B.. (2001) **A construção intelectual do Brasil contemporâneo:: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- SOUZA, C.. (2003) **"Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, nº 51.
- STONE, D. (2007) **Recycling bins, garbage cans or *think tanks*? Three myths regarding policy analysis institutes**. In: Public Administration, Vol. 85 (No.2), pp. 259-278.
- STONE, D.; DENHAM, A. (Orgs). (2004) ***Think tank traditions – policy research and the politics of ideas***. Manchester University Press, Manchester e Nova York.
- STONE, D.; DENHAM, A.; GARNETT, M. (Orgs). (1998) ***Think tanks across nations – a comparative approach***. Manchester University Press, Manchester e Nova York.
- TEIXEIRA, T. S.. (2012) **Brazilian *think tanks* and their search for identity and recognition**. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2012/files/32001.pdf>> Acesso: mar/2013.
- TRUITT, N. S. (2002) ***Think tanks in Latin America***. In: MCGANN, J. G, WEAVER, R. K. (eds.). *Think tanks & Civil Societies: Catalysts*.

Websites das organizações analisadas:

- | | |
|--|--|
| BPC - http://bricspolicycenter.org | FPA - http://novo.fpabramo.org.br |
| CEBRAP - http://beta.cebrap.org.br | FUNAG - http://www.funag.gov.br |
| CEBRI - http://www.cebri.org | FUNCEX - http://www.funceex.org.br |
| CEDEC - http://www.cedec.org.br | FUNDAJ - http://www.fundaj.gov.br |
| CEDEPLAR - http://www.cedeplar.ufmg.br | IEE - http://www.iee.com.br |
| CERESAN - | IFB - http://pt.braudel.org.br |
| http://www.ufrj.br/cpda/ceresan | IFHC - http://www.ifhc.org.br |
| CGEE - http://www.cgee.org.br | ILIBERAL - |
| CINDES - http://www.cindesbrasil.org | http://www.institutoliberal.org.br |
| CONNECTAS - http://www.conectas.org | ILIBERDADE - http://www.il-rs.org.br |
| DIEESE - http://www.dieese.org.br | IMIL - http://www.institutomillennium.org.br |
| ESG - http://www.esg.br | IPEA - http://www.ipea.gov.br |
| FGV - http://portal.fgv.br | NUPPS - http://nupps.usp.br |
| FIPE - http://www.fipe.org.br | |